



Sede da Junta de Freguesia de S. Paio

Reunião Ordinária de 24-01-2024

Ata nº 2

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 18-01-2024

Operações Orçamentais	388 019,35€
Operações de Tesouraria	807 268,84€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Sandra Cristina Pires, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal deu início à reunião cumprimentando todos os membros do executivo presentes, o Sr. Presidente da Junta e toda a equipa parabenizando-os pelo trabalho desenvolvido. Cumprimenta de forma especial o público presente que se quis juntar à reunião, bem como ao público que se encontra de forma remota. Informa que se trata de uma reunião pública, explicando que as reuniões públicas têm 3 pontos. O primeiro ponto será o período de antes da ordem do dia, em que são colocadas as questões que não estão agendadas como assuntos para a reunião de câmara e podem ser tratadas antes da ordem do dia. Depois segue-se o período da ordem do dia para tratar dos assuntos agendados, e por fim o último ponto para intervenção do público, onde podem fazer questões e para participar em relação aos assuntos de acharem por bem tratar.

O Presidente da Câmara continua a sua intervenção dando nota de alguns assuntos. Em primeiro dar nota que tinha dado despacho relativamente a relatório preliminar do concurso para atribuição dos lotes da Zona Empresarial de Alvaredo. Não vai ainda divulgar detalhes relativos aos concorrentes e valores de investimento, mas apenas dar nota que com esta fase do concurso fica ocupada cerca de 80% do espaço da Zona Empresarial.

Refere que esteve presente em Paris junto da Comunidade Melgacense em Villeparisis, cidade com a qual foi feita geminação. Foi o momento de inauguração da placa com a referência a Melgaço. Há muito trabalho pela frente no âmbito da geminação, de momento uma grande aposta nas áreas da Educação, Cultura e Desporto.

Continua frisando que no sábado seguinte irá ter lugar o primeiro Encontro de Reis, nos pós pandemia, que decorrerá no pavilhão desportivo da Escola, pelas 21 horas, e que tem tido uma grande adesão por parte dos grupos.

De seguida, toma a palavra o Vereador José Adriano Lima, começa por cumprimentar os Presidente e restantes vereadores, o Presidente da Junta e o seu Executivo e as gentes de S. Paio que fizeram questão de estar presentes bem como o público que assiste de forma remota. Informa que no passado dia 14, decorreu uma iniciativa de plantação de árvores na zona de Lamas de Mouro no seguimento da prova de BTT - EPX com a colaboração da Normadbike. Foram plantadas cerca de 200 árvores. Aproveita para agradecer à Normadbike, ao Executivo da União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro, aos Baldios de Lamas de Mouro por toda a colaboração. São ações simples, mas importantes para o Território.

Continua a sua intervenção informando que no dia 15 decorreu uma sessão do Parlamento Jovem em Melgaço, uma forma de aproximar os jovens à vida pública. O tema deste ano foi a vivência do 25 de abril, felicita a Escola pela iniciativa. Por último, no último sábado iniciou-se um ciclo de sessões de esclarecimento sobre os Condomínios de Aldeia, um projeto de intervenção na área florestal com cerca de 750 mil euros de investimento, a executar no presente ano. O projeto visa a limpeza de faixas junto às habitações numa determinada área. As sessões pelas freguesias visam dar a conhecer às pessoas o projeto, bem como, uma vez que o projeto permite também intervenção em áreas privadas, é necessário a identificação dos proprietários desses terrenos no sentido de obter autorização para a sua intervenção. Em S. Paio a sessão decorrerá já a seguir à reunião de Câmara.

De seguida toma a palavra a Vereadora Fátima Sousa, cumprimenta todos os presentes, informa que no dia 17, foram atribuídos, no âmbito da Estratégia Tecnológica, ao 1.º ano da Eprami, em parceria com a Caixa de Crédito Agrícola, computadores que são de extrema importância para os alunos, lembra que estão a chegar alunos de S. Tomé e Príncipe. Conseguir garantir estas condições para esses alunos é fundamental.

O Presidente acrescenta uma informação relevante para a Eprami e para o Polo de Melgaço, informando que foi apresentada candidatura para um centro tecnológico na área da informática com cerca de 1,2 milhões de euros para fazer a remodelação integral do espaço.

Toma a palavra o vereador Passos Rodrigo, começa por cumprimentar todos os presentes na sala e os que estão a acompanhar a reunião de forma online. Um cumprimento ao Presidente da Junta de Freguesia e a toda a população de S. Paio.

Continua afirmando que é sobejamente conhecido projeto da Casa Mortuária e que ainda não se encontra concluída e nesse seguimento gostaria de obter informação sobre o estado da obra e a demora da mesma.

Outra questão que gostaria de colocar ao Sr. Presidente prende-se com uma edificação em Souto de Baixo, junto à margem esquerda do rio Minho, na zona Ribeirinha e que ficou surpreendido com ela, questiona se a mesma terá sido autorizada pela Câmara Municipal e apresenta fotos para que seja feita a devida averiguação.

Toma a palavra o vereador Manuel Fernandes, cumprimentando o Presidente e restantes membros do Executivo Municipal, os técnicos presentes, o Presidente da Junta e restantes membros dos órgãos de freguesia e toda a população.

Acrescenta que, relativamente à Casa Mortuária, compreendem as dificuldades da Junta de Freguesia, a obra deveria ter sido terminada em junho. Coloca a questão ao Sr. Presidente se tem acompanhado a obra e se tem colaborado com financiamento da Câmara e apoio para terminar a obra. Percebem os anseios da população e entendem que está na hora de dar um impulso para que a obra seja concluída.

Questiona o Sr. Presidente da Câmara relativamente ao PNPG, onde estão incluídas duas freguesias do Concelho, o Presidente da Cogestão tinha expectativa de obter 72 milhões de euros de investimento no Parque até 2027. Em 2023 foi aprovado um investimento de 1,5 M, o que, em concreto, foi feito com esse valor e o que as freguesias do concelho estão a beneficiar com esse investimento.

Questiona igualmente o Presidente relativamente a uma publicidade que aparece nas redes sociais, afirmando que em Melgaço existe fibra ótica, o porquê dessa publicidade nesta altura, houve alterações relativamente à cobertura do Concelho pela fibra ótica e qual a estratégia da DST junto dos Melgacenses para esta abordagem.

Acrescenta que têm sido surpreendidos com contratos de reflorestação no Concelho. Tem conhecimento que alguns Baldios têm por objetivo incluir novas espécies com a Gulbenkian, que representam muitos hectares. Concorde que pode ser uma mais-valia, mas diria que essa é a face boa do negócio, no entanto tem sérias dúvidas relativamente a cláusulas dos contratos, no que

respeita ao tempo de duração desses contratos, um período muito longo de cerca de 80 anos e relativamente ao valor da retribuição que é muito baixo. Fala-se em 20/25€ por hectare e por ano, que é muito baixo.

Este consórcio vai explorar o território e os Baldios não vão retirar daí nenhum proveito. Percebem que neste contrato há claramente uma redução da pegada, consegue perceber aqui a perspectiva do consórcio que para além da rentabilidade das madeiras, é vender o Oásis de Melgaço. Mas não existe retorno para os Baldios. É necessário que exista apoios para quem celebra este tipo de protocolos. Os protocolos entraram pela Câmara Municipal e que depois os encaminhou para os Baldios, questiona se existiu alguma análise por parte dos técnicos da câmara, para dar apoio aos representantes dos baldios.

Toma a palavra o Presidente da Câmara para dar resposta às questões colocada pelos Vereadores. Relativamente à Casa Mortuária, trata-se de um projeto da Junta de Freguesia e poderá no final o Presidente da Junta responder. Relativamente a apoios, a Câmara Municipal já tem dado apoios para este e outros projetos da Junta de Freguesia.

O Vereador Passos Rodrigo apresentou uma situação de uma obra, essa situação será verificada pela equipa técnica e tomadas todas as diligências necessárias. A Câmara Municipal tem a prática de acompanhar as obras, e por vezes até levar ao embargo em algumas situações, assim como promover o licenciamento das obras que não estavam licenciadas.

Quanto à questão do PNPg, afirma que esse é um dos grandes tesouros do território, que tem que se cuidar juntamente com o ICNF. Tem sido feito o levantamento das necessidades do território para candidatar ao Portugal 2030 e a outros instrumentos que resultaram nos tais 72 milhões. Tem dúvidas que se consiga tudo, mas vão com certeza existir valores para investir no território do PNPg. O valor já aprovado de 1,5 Milhões através do Fundo Ambiental tem permitido colocar no terreno uma série de investimentos sobretudo na melhoria das acessibilidades, como foi o caso da melhoria na acessibilidade ao Castelo de Castro Laboreiro, o acesso à Sra. de Numão, entre outros. Relativamente à publicidade da fibra ótica é efetivamente da DST, o Município nada tem a ver com ela, no entanto, é verdade que grande parte do Concelho já tem assegurada a fibra ótica e foi lançado em janeiro o concurso internacional para assegurar todas as zonas sombra do país. Acredita que, nos próximos 2 anos, todo o Concelho tenha assegurado cobertura de fibra ótica.

O Projeto SONAE e Gulbenkian, crê que se está a falar com gente séria, com cartas dadas nas suas áreas de negócio. É verdade que, numa primeira fase o projeto foi apresentado à Câmara Municipal e que rapidamente foi encaminhado para os Baldios e Presidentes de Junta. A partir daí, todas as negociações têm sido feitas diretamente por essas entidades. Este projeto visa dar vida aos terrenos Baldios que todos sabem têm estado um pouco ao abandono. Existe compromisso de um investimento florestal com preocupação com a biodiversidade do território e preocupação com as galerias ripícolas, criando igualmente bolsas para a retirada da madeira e melhorar as condições do território, proporcionando uma floresta limpa e segura. As comunidades de baldios não vão apenas ganhar uma renda anual, mas sim assegurar uma boa gestão dos seus terrenos, com mais segurança e mais economia, com a criação também de postos de trabalho para as limpezas e de melhores condições para o pastoreio do gado.



O Vereador Manuel Fernandes concorda com as virtudes anunciadas pelo Presidente relativamente a este protocolo, no entanto entende que o preço negociado da renda é muito baixo e que trará a médio e longo prazo pouca rentabilidade para as comunidades de baldios.

O Presidente adianta que a Câmara Municipal não se substituirá às entidades gestoras dos baldios na negociação e entende que os ganhos com estes protocolos estão muito além do valor da renda acordado, como já enunciou anteriormente.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

7. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. º21 de 18-10-2023.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n. º21 de 18-10-2023.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

8. Justificação de faltas.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

9. Presente para efeitos de aprovação as Normas de Participação Semanas de Promoção do Vinho Alvarinho 2024 (Solar do Alvarinho), que ficarão anexas a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º395 de 11-01-2024 e no uso da competência prevista pelas alíneas u) do n. º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a aprovação das Normas de Participação Semanas de Promoção do Vinho Alvarinho 2024 (Solar do Alvarinho).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

10. Presente para efeitos de aprovação as Normas de participação na Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2024, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º721 de 18-01-2024 e no uso da competência prevista pelas alíneas u) do n. º1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a aprovação das Normas de participação na Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

11. Presente para efeitos de aprovação as Normas de participação nos Concursos de Presunto, Salpicão, Broa e Mel no âmbito da Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2024, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 722 de 18-01-2024 e no uso da competência prevista pela alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação das Normas de participação nos Concursos de Presunto, Salpicão, Broa e Mel no âmbito da Festa do Alvarinho e do Fumeiro 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

12. Presente email da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, a solicitar a concessão de um subsídio anual, que ficará anexo à presente ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 674 de 17-01-2024 e no uso da competência conferida pela alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor total de 223.481,79€ à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

13. Presente para efeitos de aprovação a proposta de atribuição de apoio económico no âmbito de ação social, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 322 de 10-01-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de atribuição de apoio económico no âmbito de ação social.

Esta deliberação foi aprovada em minuta

14. Presente para efeitos de aprovação o pagamento anual no valor de 5.000,00€ no âmbito do Protocolo de parceria estabelecido com a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho 2024, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 675 de 17-01-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do pagamento anual de 5.000,00€ no âmbito de parceria estabelecido com a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

15. Presente para efeitos de aprovação a renovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva "A Batela", que ficará anexa a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 736 de 18-01-2024 e ao abrigo do n.º 2 da cláusula 5.º do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo com a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva "A Batela", a aprovação da renovação do referido contrato, bem como a atribuição de 25.000,00€ para a época 2023/2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

16. Presente para efeitos de aprovação o Auto de Vistoria para efeitos de receção provisória "Zona Empresarial de Alvaredo", que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 729 de 18-01-2024 e no âmbito dos limites na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por reconstituição da Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e conjugando esse artigo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do seguinte:

- a) A não aceitação da reclamação, não incluindo as alterações pretendidas no auto de vistoria, conforme n.º 5 do artigo 345.º;
- b) O reenvio do auto para recolha de assinaturas, concedendo o prazo de 5 dias para o efeito;
- c) Caso o mesmo não seja assinado pelo representante da EE no prazo concedido, a aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 345.º, assinando o auto o representante do dono de obra e participantes da vistoria, enquanto testemunhas, para todos os efeitos legais.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

17. Presente para efeitos de aprovação a elaboração de proposta de "Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Vila de Castro Laboreiro" e delimitação da respetiva Área de Reabilitação Urbana, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 738 de 18-01-2024 e no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugada com a competência estabelecida nos números 7 e 3 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 88.º do RJGT e no n.º 1 do artigo 13.º do RJRU, a aprovação das seguintes decisões:

- I. A abertura do procedimento para a elaboração de proposta de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Vila de Castro Laboreiro, estabelecendo o prazo de 12 meses para o efeito e o período de participação pública de 15 dias;
- II. Apesar de se considerar haver enquadramento para dispensa de AAE, como exposto no ponto 6, solicitar a emissão de parecer à entidade coordenadora no que diz respeito à sujeição do Plano a avaliação ambiental, bem como do seu âmbito e alcance da informação a incluir no relatório ambiental, nos termos do n.º 3, artigo 3.º, n.º 1 e 2 do artigo 4.º e n.º 5 ao artigo 5.º do Regime de Avaliação de Planos e Programas (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15.06);
- III. A proposta dos termos de referência para a elaboração do Plano,
- IV. Proceder ao projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila de Castro Laboreiro, a aprovar em simultâneo com a operação de reabilitação urbana, a desenvolver através de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana;

- V. Que se proceda à publicitação, no Diário da República, bem como à divulgação na comunicação social, plataforma colaborativa de gestão do território, sítio da internet do Município de Melgaço e por edital a afixar nos sítios do costume.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

18. Presente para efeitos de aprovação a emissão de parecer prévio favorável à celebração do contrato de tarefa para serviços de manutenção dos arruamentos no lugar do Peso da Freguesia de Paderne, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 695 de 17-01-2024 e no uso e para os efeitos do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio e da competência prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, aprovar a emissão de parecer prévio favorável à celebração do contrato de tarefa para serviços de manutenção dos arruamentos no lugar do Peso da Freguesia de Paderne.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

19. Presente para efeitos de aprovação o Acordo de transferência de competências de gestão de património imobiliário público sobre os imóveis denominados Estação Fronteira de S. Gregório, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 687 de 17-01-2024 e no uso e para os efeitos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro e alínea r) do n.º 1 da Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, a aprovação do Acordo de transferência de competências de gestão de património imobiliário público sobre imóveis denominados Estação Fronteira de S. Gregório.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

20. Presente para efeitos de aprovação a minuta de contrato - Empréstimo de Curto Prazo 2024, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 735 de 18-01-2024, a aprovação da minuta de contrato – Empréstimo de Curto Prazo 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

21. Presente para efeitos de aprovação a proposta de alteração da Constituição da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, que ficará anexo a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, a aprovação da proposta de alteração da Constituição da Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

22. Presente para efeitos de aprovação a proposta de alteração da Constituição da Comissão Municipal de Auditorias/Vistorias Empreendimentos Turísticos e Estabelecimentos de Alojamento Local, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, a aprovação da alteração da Constituição da Comissão Municipal de Auditorias/Vistorias Empreendimentos Turísticos e Estabelecimentos de Alojamento Local. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

III – Intervenção do Público

O Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio pede a palavra, cumprimenta todos os presentes e em resposta ao Vereador Manuel Fernandes, anui que é imprescindível para a população e para a Junta de Freguesia terminar a obra da Casa Mortuária, fez-se a primeira fase e depois houve necessidade de cumprir com outros compromissos que já estavam assumidos, mas esperam ver a obra terminada com a maior brevidade possível e mediante a disponibilidade do empreiteiro.

Relativamente aos Baldios, já lhes foi apresentada a proposta de protocolo, estão a analisar e será presente à Assembleia de Compartes para aceitar ou não. Considera ser importante para a gestão do baldio, mas serão os compartes a decidir.

Pede a palavra o Sr. Carlos Alves para solicitar esclarecimentos sobre a colocação de lombas na estrada, que foram pedidas há muito tempo e ainda não se encontram colocadas. Alerta igualmente para a circulação do gado nas aldeias, sem monitorização e que estragam as hortas. Tem que se arranjar forma de deter os animais.

O Presidente informa que relativamente ao gado, tem procurado sensibilizar os produtores, inclusive já foram efetuadas capturas de cavalos. Informa que proximamente terão oportunidade de reunir com os produtores de gado por outras razões e irão voltar a sensibilizar e abordar estas questões.

O Vereador José Adriano Lima, informa que, relativamente à questão das lombas, é algo que o próprio Presidente da Junta já abordou várias vezes. A questão já foi analisada, inclusive a GNR já fez um controlo do trânsito nesta zona, tendo sido colocado o assunto à Comissão Municipal de Trânsito que indeferiu por não reunir os requisitos necessários, nomeadamente histórico de acidentes. Foi, no entanto, aprovado, a colocação de bandas cromáticas, o procedimento deve estar em andamento e esperemos que venha a resolver o problema ou pelo menos minimizá-lo.

Pede a palavra a Sra. Piedade para dar conta da falta de sensibilização da população para colocar os resíduos nos contentores corretos. Ainda nestes dias estava uma palmeira dentro de um contentor verde. Insiste que deveriam colocar informação nos contentores por forma a que as pessoas tenham mais consciência de onde devem colocar os diferentes resíduos.

O Presidente da Câmara toma a palavra para parabenizar a Sra. Piedade por ter essa sensibilidade. É um problema sério com o qual é necessário se debater cada vez mais. Têm sido feitas várias

campanhas de sensibilização sobre a reciclagem, que além de ser um problema ecológico é também económico, pois o preço da entrega da tonelada na Valorminho de resíduos, tem tido um aumento enorme e isso reflete-se na fatura que todos os munícipes pagam, pois, o sistema tem que ser sustentável. Nos últimos 4 anos o preço da tonelada entregue na Valorminho passou de 12€/ton para 100€/ton. É importante todos terem esta consciência.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.50 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sandra Pires, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal